

## Nota da Editora

Envelhecimento, saúde, mortalidade e suas inter-relações é o tema do segundo número do volume de 2018 da *Rebep*. O envelhecimento, na análise demográfica, pode ser analisado na perspectiva tanto individual quanto populacional. No primeiro caso, interessa o processo experimentado ao longo do ciclo de vida, sendo a idade o marcador para o seu avanço. Vidas mais longas tendem a levar à redefinição de suas etapas, como a transição para a vida adulta, para a velhice e a proximidade da morte. No segundo caso – a perspectiva populacional –, o envelhecimento foca na mudança na estrutura etária. A população modifica suas características à medida que cresce o peso relativo dos grupos etários com idades mais avançadas e isso tem importantes consequências no funcionamento e nas necessidades de uma sociedade. A pressão do envelhecimento populacional sobre os gastos da previdência social e dos benefícios assistenciais destinados à população idosa tem estado no centro do debate acerca da atual crise fiscal no Brasil. Mas o envelhecimento da população suscita também a preocupação quanto a seus impactos nos gastos com saúde, no funcionamento do mercado de trabalho, na oferta de infraestrutura urbana adequada, assim como na crescente economia dos cuidados. Não antecipar essas pressões geradas, inexoravelmente, pelo envelhecimento é incorrer no mesmo erro que a sociedade brasileira cometeu ao menosprezar a necessidade de agir preventivamente no caso do déficit da previdência social. Ambas as perspectivas do envelhecimento – individual e populacional – estão intimamente conectadas na agenda de estudos sobre saúde e mortalidade, já que as mudanças nos padrões de morbidade e mortalidade dos indivíduos impactam a composição etária populacional. O rápido envelhecimento da população, por sua vez, exige ajustes nas formas de funcionamento da sociedade, que trazem consequências para as diversas fases do ciclo de vida individual.

O artigo de Castro Santos, Faria e Patiño é um ótimo exemplo de estudo sobre o envelhecimento na perspectiva de ciclo de vida por trazer uma interessante discussão sobre como o envelhecimento e a morte são vivenciados na sociedade contemporânea, pelas lentes da psicologia social. Os autores argumentam que, para além da dimensão puramente biológica desses processos, os valores modernos associados ao envelhecimento e à morte moldam a experiência dos sujeitos. Os demógrafos, que lidam com envelhecimento e morte numa perspectiva muito mais técnica, tendem a ter pouca familiaridade com esse tipo de discussão, que é crescentemente relevante em um contexto em que as pessoas

se preparam para viver muito mais e vivenciar a velhice e a perspectiva da morte por um tempo muito mais longo.

Na ótica do envelhecimento populacional, o artigo de Amaro e Afonso traz uma abordagem muito oportuna no contexto atual, pois analisa os impactos do envelhecimento populacional sobre os regimes previdenciários baseados em modelo de repartição em três países: Brasil, Espanha e França. Por meio de projeções que consideram as regras atuais dos sistemas e as projeções populacionais por idade e sexo, são estimados o crescimento do número de benefícios programáveis, o déficit total, o déficit *per-capita*, a alíquota de contribuição necessária de equilíbrio e, alternativamente, o benefício médio de equilíbrio, comparando sempre os três países. O estudo corrobora as evidências fartamente documentadas em outros trabalhos de que o Brasil já atingiu um comprometimento de despesa com a previdência social muito superior à de países mais envelhecidos, e que as projeções, por qualquer um dos parâmetros analisados, apontam para um cenário insustentável que demanda uma rápida e profunda intervenção.

Santos, Turra e Souza também focam o envelhecimento populacional, porém tendo em vista o seu impacto nos gastos com a saúde e, especificamente, na sustentabilidade dos planos de saúde, diante dos atuais mecanismos de regulação. O artigo estima a magnitude das transferências intergeracionais na saúde suplementar brasileira, analisando dados de uma amostra representativa das operadoras de planos de saúde no Brasil. Os autores demonstram que, em virtude das regras que limitam os aumentos de preços por faixas de idade, as transferências ocorrem dos mais jovens, com menos risco de utilização, para os beneficiários de 66 anos ou mais. Embora o sistema esteja equilibrado no presente, as evidências demonstram risco crescente de insuficiência das mensalidades para custear as despesas com a progressão do envelhecimento populacional.

O trabalho de Baptista, Queiroz e Rigotti é um bom exemplo de como os estudos demográficos sobre mortalidade podem combinar as perspectivas individual e populacional do envelhecimento. Por meio de uma aplicação empírica dos modelos de decomposição de taxas de mortalidade para as mortes por doenças cardiovasculares na população adulta brasileira, é identificado o efeito das taxas específicas de morte por esta causa *vis-à-vis* o efeito da estrutura etária na explicação para o declínio das taxas brutas de mortalidade nas microrregiões brasileiras, entre 2006 e 2010. Os autores concluem que, apesar do expressivo declínio generalizado das taxas específicas de mortalidade por doenças cardiovasculares, algumas regiões ainda experimentam crescimento no número de mortes devido a esta causa, como consequência do aumento do peso relativo da população de idade mais elevada.

O artigo de Bertone, Torres e Andrada, assim como o anterior, utiliza técnica de decomposição da mortalidade para acessar o impacto das mortes por consumo de álcool na expectativa de vida da população do noroeste argentino em 2011. Tendo em vista que o percentual de mortalidade atribuído ao consumo de álcool no noroeste argentino é superior à média mundial e à própria média argentina, conclui-se que, embora esta não

seja a causa individual responsável pela maior perda de anos a serem vividos, o consumo de álcool, que afeta principalmente os homens, reduz em quase um ano a expectativa de vida masculina da região.

Albino e Marcondes também analisam diferenciais de mortalidade por meio da aplicação de métodos de decomposição, mas, nesse caso, trata-se de uma contribuição aos estudos de demografia histórica. Os autores utilizam a documentação das Matrículas de Enfermos e Relatórios dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia de Campinas para extrair dessa base os diferenciais de mortalidade entre escravos e livres, brasileiros e estrangeiros, no período de 1876 a 1885. O interessante achado do trabalho é que os diferenciais de mortalidade entre os dois subgrupos persistem mesmo para escravos e livres submetidos a tratamentos de saúde mais igualitários no ambiente hospitalar e a despeito de as características dos escravos (idade, sexo e estado conjugal) favorecerem uma menor mortalidade, refletindo assim as piores condições de vida dos escravos. Na comparação entre nacionais e estrangeiros, os brasileiros livres apresentavam taxas de mortalidade sistematicamente maiores do que os estrangeiros atendidos na Santa Casa. Atribui-se este resultado tanto ao diferencial de composição por idade e sexo destes dois subgrupos, quanto à hipótese de que os brasileiros procuravam o estabelecimento somente em estado crítico, devido ao estigma de o hospital ser um local de altíssimas taxas de mortalidade.

O estudo de Dutra, Morais, Santos, Franceschini e Priore tem como objeto a saúde e bem-estar da população, mas pela ótica da segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores familiares da área rural de um município mineiro. Comparando três distintos métodos de avaliação da situação de segurança alimentar dos domicílios, chega-se a resultados diferentes, devido à natureza multidimensional do tema e ao fato de que os resultados dependem sempre do conceito subjacente ao método utilizado. Os autores sugerem, assim, a importância de se utilizarem os métodos de forma complementar e chamam a atenção, como outros estudos já fizeram para outras regiões do país, para o fato de que a prevalência do sobrepeso é bem superior à de subpeso. São as mulheres as que registram os maiores percentuais de sobrepeso e obesidade, o que estaria relacionado ao estilo de vida sedentário das mulheres das áreas rurais.

A Nota de Pesquisa de Silva, Queiroz, Marinho, Pereira e Cisalpino explora os resultados de um estudo de avaliação de um programa de combate à criminalidade em áreas com elevados níveis de homicídios violentos do Estado de Minas Gerais, que adotou medidas de prevenção e repressão e integrou esforços das três esferas de governo, Ministério Público, Poder Judiciário, ONGs e sociedade civil. A partir do emprego de metodologias complementares para avaliação de impacto de políticas sociais, os pesquisadores concluem que o programa cumpriu o seu objetivo, tendo êxito na reversão do crescimento das taxas de homicídios.

Fechando este número da *Rebep*, na seção Ponto de Vista, Queiroz e Sacco discutem a relevância de serem mantidas perguntas sobre mortalidade nos domicílios nos censos latino-americanos e caribenhos, em face da melhora da qualidade dos registros vitais. Os

argumentos contrários à manutenção desta informação nos censos, além do seu custo, devem-se aos vieses associados à informação censal, que incluem a dissolução do domicílio devido à morte, os erros de período de referência na declaração e a possibilidade de que o óbito seja declarado em mais de um domicílio de residência. Apesar disso, os autores defendem os dados censitários sobre mortalidade, porque, mesmo que os registros vitais sejam de boa qualidade e com boa cobertura, o que nem sempre é o caso, as informações censitárias permitem estudos de pequenas áreas e segundo diferenciais socioeconômicos, além de se dispor, no caso dos censos, de numeradores e denominadores das taxas em uma mesma fonte. Vale notar que este texto se alinha com outro ponto de vista, publicado no terceiro número da *Rebep* de 2018, que defende a manutenção dos quesitos sobre emigração internacional dos censos demográficos. Estas duas contribuições são importantes por embasarem e documentarem a atual discussão sobre restringir o número de quesitos dos censos e por defenderem a manutenção dos dois quesitos adicionados pela primeira vez no questionário básico do Censo brasileiro de 2010 – emigração internacional e mortes no domicílio no ano anterior à data do Censo.

Este número da *Rebep*, bastante articulado em termos das temáticas envolvidas e das contribuições metodológicas aportadas, indica a vitalidade da produção científica na área de envelhecimento, saúde e mortalidade no Brasil e nos outros países cujos autores têm colaborado sistematicamente com este periódico. Parabenizo os autores e agradeço a enorme contribuição dos avaliadores externos que, não raras vezes, viram “quase coautores” por oferecerem tantas sugestões valiosas para a qualidade dos artigos. Agradeço também, como sempre, ao apoio do conselho editorial e a toda a equipe de editoração da Revista.

**Simone Wajnman**  
Editora *Rebep*, 2017-2018